

Geografia da morte: a cultura fúnebre e os cemitérios de Salvador oitocentista (1860-1900).

Francisco de Paula Santana de Jesus¹

Resumo: A partir da segunda metade do século XIX, a transferência definitiva dos mortos para necrópoles extramuros não resultou em um nivelamento das formas de enterramentos dos habitantes de Salvador. Serviu, principalmente, para ressaltar o contraste existente entre os diversos estratos da sociedade. Nesse sentido, o presente trabalho pretende analisar a distribuição espacial dos cemitérios da cidade, bem como os indivíduos que eram sepultados neles e suas formas de enterramento, dando especial importância aos africanos livres e estrangeiros protestantes, uma vez que, mesmo livres, não gozavam dos mesmos direitos concedidos aos cidadãos em geral.

Palavras-chave: desigualdade no morrer, modos e lugares de sepultamento, cemitérios soteropolitanos.

Resumen: A partir de la segunda mitad del siglo XIX, la transferencia definitiva de los muertos por la necrópolis extramuros no ha dado lugar a una nivelación de las formas de enterramientos de los habitantes de Salvador. Se sirve sobre todo para poner de relieve el contraste entre las diferentes estratos de la sociedad. En consecuencia, este estudio tiene como objetivo analizar la distribución espacial de los cementerios de la ciudad, así como las personas que fueron enterradas en ellas y sus formas de entierro, prestando especial atención a los africanos libres y protestantes extranjeros, ya que incluso libres, no contaron con el mismos derechos otorgados a los ciudadanos en general.

Palabras clave: desigualdad en la muerte, modos y lugares de enterramiento, cementerios soteropolitanos.

Introdução

Uma sala apinhada de gente. Todos engalanados de preto, conversando, comendo e bebendo, cantando e rezando. No centro da cena, um ataúde posto em cima de uma mesa. Nele, o anfitrião da festa: o defunto. Essa insólita cena é descrita por Teixeira Barros, referindo-se ao velório praticado pelos negros – a quem o autor

¹ Licenciando em História pelo Centro Universitário Jorge Amado e autor da monografia “Aos tão caros ossos – breve estudo sobre a mudança do trato dos mortos em Salvador (1855-1918)”.

identificou como “gêges” – em Salvador, no fim do Oitocentos (TEIXEIRA BARROS, 1925, p. 142). Fossem esses negros jejes ou não, o fato é que velórios animados assim serviam como facilitadores “da comunicação entre o homem e o sobrenatural”, sendo prática de boa parte dos soteropolitanos – principalmente dos negros (REIS, 1991, p. 105). Ao homenagear o defunto dessa maneira, os vivos estariam cumprindo com um ritual que ligaria a alma desencarnada ao sagrado, ao mundo que está inacessível aos homens e que só pode ser contatado por meio de determinados sacrifícios (HUXLEY, 1977, p. 28). Em se tratando de um funeral afro-brasileiro em terras soteropolitanas, os vivos poderiam estar se reportando à lenda do caçador Odulecê que após sua morte, teve funeral feito em forma de faustoso banquete oferecido por sua filha adotiva, Oiá (Iansã), dando origem ao rito iorubano do axexê (PRANDI, 2000, p. 177-178).

Ora, estamos tratando de um funeral jeje sob a concepção cosmológica iorubana. Algo possível, pois, como afirma Elikia M’Bokolo, os reinos de Oyó, Benim e Daomé – regiões d’origem tanto dos iorubá quanto dos jeje – possuíam uma origem comum no que se refere aos seus idiomas e sistemas políticos. A partir do século XVI, esses Estados buscaram fortalecer-se militarmente, o que ocasionou em guerras que favoreceram o tráfico de escravizados até o século XIX, quando as potências européias passaram a exercer maior influência sobre essas regiões. Logo, as expedições militares resultaram não somente no fomento do comércio de escravizados, mas também, em trocas culturais que mostraram-se fortes e presentes mesmo em terras baianas (M’BOKOLO, 2009, p. 435-443).

Passada a noite de rezas e cânticos pela alma do morto, o cortejo seguia em direção ao cemitério, levando o féretro contendo o invólucro corporal exânime, para ali sepultá-lo seguindo, também, determinados preceitos. Ariès (2012) observa que o ritual do enterro “era comum aos ricos e aos pobres”, incluindo a *absolutio*, o que diferenciaria o funeral de ambos os lados era o modo como o cortejo seria realizado, bem como o lugar do morto na sepultura, o que evidenciaria as condições materiais do defunto e do grupo social a que este pertencia (ARIÈS, 2012, p. 109). Na Salvador oitocentista, onde o cristianismo católico convivia com outras crenças, os enterros, do mesmo modo que os velórios poderiam implicar na realização de dois rituais distintos: um católico, por se tratar da religião oficial/ legitimadora do Estado Imperial; e outro africano, evidenciando a permanência de crenças e práticas que transgrediam o sistema católico-escravista. Porém, ao que tudo indica, em agosto de 1871, devido à ausência do

Capelão do Campo Santo, apenas um desses rituais fora realizado: o africano. Em ofício ao mordomo do Campo Santo, o então Provedor da Santa Casa, Manuel Maria do Amaral, dizia já estar ciente de que houvera ali “um enterramento [...] sem a encomendação do costume” e pedia ao mordomo que cuidasse para que “outras faltas” do tipo não fossem realizadas. O problema foi resolvido com a contratação de um sacerdote para encomendar as almas enquanto o Capelão estivesse de licença.² Mas em Salvador naquela época já existiam outras necrópoles além do Campo Santo e nem todos os mortos eram africanos. Tracemos brevemente o histórico dessa necrópole e de algumas outras, tentando apontar quais os locais reservados aos cidadãos de São Salvador, privilegiando os negros e não católicos, a exemplo dos ingleses e alemães.

Geographia mortis soteropolitana

Após a epidemia de *cólera morbus*, em 1855, que assolou a população de São Salvador, bem como de boa parte da província da Bahia, houve a necessidade de se transferir os defuntos para locais onde o odor de sua putrefação não afetasse a saúde dos vivos. Para tanto, o Cemitério do Campo Santo, destruído pela população em 1836, na revolta que ficou conhecida como Cemiterada, foi reconstruído para receber os invólucros corporais exânicos dos soteropolitanos. Anos mais tarde, o governo provincial tratou de mandar construir um complexo cemiterial, na Baixa de Quintas, onde as irmandades de Salvador poderiam sepultar seus Irmãos. Nas regiões periféricas da capital baiana foram abertos outros cemitérios para abrigar os defuntos dos residentes dessas áreas, como o de São Bartolomeu de Pirajá e o de Nossa Senhora de Brotas.

Aberto em 1876 e pertencendo ao governo provincial, o cemitério de Nossa Senhora de Brotas distava 3 quilômetros do centro da cidade. Apesar de, na época de sua abertura, não possuir capela, ali a irmandade do Santíssimo Sacramento de Brotas construiu 135 carneiros para os seus irmãos; as covas rasas destinadas aos outros defuntos custavam 6\$000, para que nelas os cadáveres permanecessem por 3 anos.³ Segundo Anna Amélia Vieira Nascimento, a freguesia de Brotas era essencialmente rural. Sua população composta predominantemente por negros forros ou livres, mas também escravos fugidos, que ali dedicavam-se a lavoura. Logo, a acanhada necrópole

² Ofício do Snr Provedor ao Snr Irmão Mordomo do Campo Santo. 16 de Agosto de 1871, Livro 1 de Registro de Correspondência com o Campo Santo (1871-1884), B-116, p. 3. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia.

³ **Indicador e Guia Prático da Cidade do Salvador** – Bahia, (n/d), p. 136.

dessa bucólica freguesia soteropolitana acolhia majoritariamente negros (NASCIMENTO, 1986, p. 88-89). Havia, também, desde 1832, o cemitério de Bom Jesus da Massaranduba, em Itapagipe, pertencente à irmandade do Santíssimo Sacramento, e destinado ao enterramento, principalmente, de escravos, indigentes e justicados. Esse cemitério, certamente, assimilava-se ao do Valongo, no Rio de Janeiro, onde os escravos recém-chegados d'África eram sepultados de forma muito precária. Porém, diferentemente da necrópole carioca, o cemitério de Bom Jesus da Massaranduba parecia não trazer incômodos, pois, estava situado fora do perímetro urbano (RODRIGUES, 1997, p. 70-71).

Dispersos pela cidade, tais cemitérios poderiam refletir as condições dos mortos neles sepultados. O Campo Santo, pertencente à poderosa irmandade da Misericórdia, seria a necrópole de maior prestígio, sendo procurado, principalmente, pela elite dirigente e intelectual da cidade, bem como boa parte da classe média – apesar de receber pessoas de condições menos abastadas, afinal, um cemitério pertencente a uma Santa Casa deveria cumprir sua função filantrópica. Ali, consultando o livro de registro de sepultamentos, constatei que entre os anos de 1863 e 1865 enterraram-se 23 pardos, quatro crioulos e apenas uma preta d'África. Dentre eles, todos foram registrados como livres excetuando a preta Maria do Patrocínio, liberta, a mesma preta africana citada acima. De certo, enquanto sujeitos livres puderam acumular a quantia necessária para comprar uma sepultura digna.⁴

O mesmo quadro, no entanto, se converte quando se trata dos enterramentos gratuitos. Percebi a presença maciça de escravos nascidos n'África. Apenas para ilustrar brevemente essa questão, vejamos os registros referentes às sepulturas rasas do Campo Santo, no período que compreende de 19 de agosto a 16 de setembro de 1863. Dos 29 defuntos registrados, 19 eram escravos, sendo quatro da Bahia e um de Pernambuco. Em número superior, ou seja, 12 eram os africanos com idades entre 65 e 25 anos.⁵ A distinção nos enterramentos de livres e escravos era expressa mesmo nas palavras do próprio provedor, Francisco José Godinho, em relatório referente ao ano 1847. Dizia o

⁴ Livro de Registro de Sepulturas – Carneiros. 1865-1875. p. 1-8. ASCM.

⁵ Sepulturas Razas – Campo Santo (1863-1874). p. 1-2. ASCM.

então provedor, que era preciso preparar “quadros distintos, depois de benzidos, para se aplicarem aos enterramentos de gente livre em uns, e dos escravos em outros”.⁶

Nos cemitérios da Baixa de Quintas, artífices e pessoas das camadas mais empobrecidas da sociedade soteropolitana teriam seu lugar para o repouso eterno garantido. Construído segundo “os conceitos sanitaristas e urbanísticos da época” o complexo cemiterial da Quinta dos Lázarus abriga os cemitérios “das grandes Ordens e Irmandades” de Salvador, que aí, logo trataram de erguer “suas quadras e mausolés coletivos” (VALLADARES, 1967, p. 115). O terreno, segundo João José Reis, fora concedido pelo governo provincial, “no morro da Quinta dos Lázarus”, após a terrível epidemia de *cólera morbus*, para que “os piedosos participantes das inúmeras confrarias” da cidade não ficassem desapontados com a primazia da Irmandade da Misericórdia em possuir necrópole própria, para os seus integrantes (REIS, 1991, p. 338).

Dividido, inicialmente, em quatro necrópoles: Humildes de São Francisco, Ordem Terceira de São Francisco, Quinta dos Lázarus e Ordem Terceira do Carmo – pois, o Cemitério Israelita viria apenas no século XX – o complexo de cemitérios notabilizava-se pela exuberância do barroco e do neoclássico nos mausolés construídos em “monoblocos para cinquenta, cem e até duzentos jazigos” em harmonia com a vastidão de “bromélias, crótons, filodendros e ervas [...] representativos da simbologia religiosa africana” – aí, como notou Valladares, foram enterrados muitos líderes do candomblé ao longo do século XX (VALLADARES, 1967, p. 115-116).

Contudo, ao que parece, as obras de construção desse popular cemitério não foram de pronto concluídas, pois, ainda em 1861 o vice-presidente da Província, José Augusto Chaves, declara “Pouco melhoramento há tido o Cemiterio, que continua quase no mesmo estado em que estava em 1856. Alem dos carneiros que lá tem sido construídos por diversas corporações religiosas, trabalha na construção de um certo número d’elles a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Praia.” Ao que parece, as irmandades já não dispunham de tantos recursos para arcar sozinhas com a construção de suas necrópoles. Continuava José Augusto Chaves que, “De summa necessidade é o acabamento d’esse Cemiterio, já que é, de quantos aí existem, o maior numero de cadaveres recebe, já porque está collocado em posição commoda para

⁶ Francisco José Godinho. Relatório das Atividades da Irmandade, 1847. ASCM.

qualquer dos pontos da Cidade”. E apresentando os números dos ali sepultados – sem especificar cor, status jurídico ou profissão – no primeiro semestre do ano informa-nos que foram 370 homens e 734 mulheres.⁷

Em 1883, a Quinta dos Lázaros possuía “em sua área 3.000 carneiros promptos [...] além de mausoléos particulares e um crescido numero de sepulturas rasas”, como observou o conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza em sua fala de abertura da Assembléia Provincial. Ressaltando o fato de a ladeira de acesso entre o hospital e o cemitério carecia “ser calçada [...] a fim de facilitar a subida dos carros mortuários e de acompanhamento dos enterros”, pois nos meses chuvosos o caminho tornava-se esburacado “dificultando até a subida de pessoas a pé”.⁸

Sabendo que a manutenção da necrópole seria deveras dispendiosa, o governo provincial repassou a administração para a Santa Casa de Misericórdia em 1895. Contudo, essa instituição, mal podendo manter o Campo Santo, devolveu a responsabilidade da Quinta dos Lázaros para o governo da Província em 1911 – ainda sem que a ladeira de acesso fosse devidamente reparada. Um problema crônico! Outro problema apontado por Teixeira Gomes, então provedor da Santa Casa em 1912, era a insalubridade das covas rasas. O cemitério não dispendo de terreno para expandir-se, superabundava de corpos mal sepultados – outro problema, literalmente de morte! Um problema à saúde pública, evidentemente. Mas, também, um problema administrativo, pois, segundo Teixeira Gomes, muitos defuntos eram sepultados sem que se apresentasse um parecer médico atestando a *causa mortis*.⁹

Trabalho escravo no mundo dos mortos

Não era apenas para serem sepultados ou sepultar algum ente querido que escravos e libertos transitavam nos cemitérios soteropolitanos. Eles eram encontrados, também, a serviço da administração delas, sobretudo, como condutores dos coches funerários e como coveiros. Contudo, convinha que estivessem devidamente engalanados para isso. O provedor Manoel José de Magalhães, em 1851, assim relatara “Mandei [...] fazer que o carro de duas rodas, que só serve para os dois corpos sirva para

⁷ Falla que recitou na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia, o vice-presidente da provincia, dr José Augusto Chaves, no dia 1.o de setembro de 1861. Bahia, Typ. de Antonio Olavo de França Guerra, 1861. p. 38.

⁸ Falla com que o exm Sr conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza abriu a 2 sessão da 24 legislatura da Assembléa Provincial da Bahia em 3 de Abril de 1883, Bahia, “Typ. do Diario de Bahia”, 1883, p. 34.

⁹ Theodoro Teixeira Gomes. Relatório, 1912. ASCM.

quatro; é preciso roupa preta para os dois negros que devem andar com o mesmo [carro], me parecendo próprio para os escravos”.¹⁰ Anos mais tarde, precisamente em 1860, quando de sua passagem pela Bahia, o príncipe Maximiliano de Habsburgo, preconceituoso e arguto observador, anotou em seu diário ter visto um “negro velho, de libré, com uma sobrecasaca bordada de prateado” conduzindo, pela rua poeirenta, uma parelha onde “sacudia uma caixa [...] pintada com uma cruz branco-fosco”, que logo tratou de identificar como sendo de uma vítima da febre amarela.¹¹ Dias depois, em visita ao cemitério do Campo Santo, notou que saía de lá um coche ricamente adornado e “enfeitado como um macaco, um negro velho com libré espanhola” era seu condutor.¹² Esse negro de libré, certamente escravo, não deve ser de modo algum confundido com o “homem de azul”, uma vez que o último era irmão da Misericórdia, logo branco, livre e abonado, encarregado de liderar o cortejo fúnebre quando da morte de algum dos irmãos da Santa Casa (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 155).

Contudo, se uns carregavam cadáveres, outros transportavam as pedras usadas na reforma da necrópole. O governo provincial cederia os africanos livres sob sua “tutela” para empreenderem tal serviço pesado. O que me leva a crer que, os negros encarregados do transporte e sepultamento dos defuntos fossem crioulos, tendo, inclusive, suas necessidades reconhecidas pelo mesmo Manoel José de Magalhães: “Sendo esta Casa de Caridade deve principiar pelos seus, mandando dar aos pretos algum dinheiro aos domingos, visto serem eles homens, e terem precisões”. Sidney Chalhoub argumenta que a lei de 7 de Novembro de 1831, em seu artigo 7, proibia expressamente a entrada de escravos e libertos no Império, que não possuíssem nacionalidade brasileira, ou seja, toda pessoa de cor proveniente do estrangeiro teria sua entrada no Brasil barrada e seria reexportada. Outrossim, a lei de 1850 vinha para reafirmar em definitivo a proibição do tráfico negreiro, já contida na lei de novembro de 1831 (CHALHOUB, 2012, p. 212-225). Tão logo, seria pouco provável que esses negros empregados nos serviços da necrópole fossem vindos d’África.

Nas Quintas dos Lázaros o governo provincial também empregaria o trabalho escravo. Ali, em 1863, estariam “31 escravos, sendo 16 do sexo masculino e 15 do feminino”. Seus nomes não foram informados, contudo, esses homens e mulheres

¹⁰ Manoel José de Magalhães, Bahia, 25 de Julho de 1851. Relatório. ASCM.

¹¹ HABSBURGO, Maximiliano de. **Bahia 1860**. Esboços de viagem. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1982, p. 84.

¹² Idem, p. 149.

escravizados eram de suma importância para essa necrópole, pois, parte de sua receita era “resultado dos jornaes dos escravos officiaes mechanicos”. O que nos levar a crer que esses escravos fossem alugados a particulares – a Santa Casa de Misericórdia, por exemplo – para prestarem seus serviços.¹³

Mortos sim, porém hereges! – Cemitérios de Alemães e Ingleses

Havia necrópoles destinadas a receber pessoas de nacionalidades e/ou religiões específicas, tal como o Cemitério dos Alemães, na Federação e o *British Cemetery*, na ladeira da Barra. Alemães e britânicos residentes em São Salvador eram impedidos de serem sepultados nas mesmas necrópoles que o restante da população, pois as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia proibiam, peremptoriamente, o direito à sepultura em solo católico aos hereges (tal como eram considerados).¹⁴ João Reis argumenta que esse tipo de cemitério “estava adaptado à uma concepção de uma necrópole longe da cidade, integrada a um cenário rural, que estava em moda na Europa e nos Estados Unidos” (REIS, 1997, p. 130).

O cemitério Alemão fora criado em 1851 em terreno “arborizado com arvores fructíferas”. Os enterramentos dos seus sócios eram realizados no chão, sendo “as suas campas [...] sempre de grande simplicidade, em nada, no entanto diminuindo as suas demonstrações de valor na expressão das suas legendas, de saudade e profunda dor”. Os sócios nada pagariam pelo enterramento. Contudo, caso alguém d’outra nacionalidade desejasse ali ser inumado deveria pagar o valor correspondente a 300\$000 réis pela sepultura perpetua.¹⁵ Ainda que sepultados nesse éden dos trópicos, os alemães não conseguiam descansar em paz. Lembra-nos Maximiliano de Habsburgo, esse nosso príncipesco e preconceituoso informante que, o cemitério dos alemães era alvo da xenofobia e da intolerância religiosa dos católicos soteropolitanos. Terminando sua visita ao Campo Santo, o príncipe notou que “do outro lado da rua” estava o cemitério “no qual jazem os pobres *hereges alemães*”. Pois, “*Banidos da religião do Amor*, eles tiveram de comprar um campo, em cujo portão já tentaram, muitas vezes, fincar o sinal

¹³ Falla que recitou na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia o presidente da província, concelheiro Antonio Coelho Sá e Albuquerque, no dia 1 de março de 1863, Bahia, Typ. Poggetti – De Tourinho, Dias e Cia. 1863, p. 30.

¹⁴ VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. TÍTULO LVII. Das pessoas, a quem se deve negar a sepultura acclesiastica. § 857. p. 300.

¹⁵ **Indicador e Guia Prático d Cidade do Salvador** – Bahia, (n/d), p. 133. NASCIMENTO, 1986, p. 72-74.

da paz e da reconciliação, e que, é, porém, sempre arrancado, à noite, pela população esclarecida”.¹⁶

O *British Cemetery*, situado na elitista freguesia da Vitória, morada de estrangeiros, ricos negociantes e dignatários, fica no meio da ladeira da Barra, com seus “60 braços de comprimento, por 34 de largura”, pertencia ao governo britânico e, ao que tudo indica, não sofria das mesmas hostilidades que o Cemitério Alemão. Ali, os ingleses “e seus descendentes” eram inumados “no chão [...], em covas de 7 palmos de profundidade”, sempre adornadas com “pequenos mausoléus [...] das mais modestas demonstrações”.¹⁷ Isso devia-se ao fato de que, no século XIX, segundo Ariès, os ingleses já haviam superado o culto aos mortos e aos túmulos – caros aos países católicos, mesmo n’Europa. Era necessário então, “fazer desaparecer o corpo, com decência, evidentemente, mas também de modo rápido e completo, graças à cremação” (ARIÈS, 2012, p. 245). Essa atitude, argumenta Elizete da Silva, estava ancorada em três concepções entrecruzadas que os ingleses, anglicanos em sua maioria, possuíam:

A primeira era que a morte do cristão era uma morte bem-aventurada, pois morriam no Senhor; a segunda é a que identificava a morte como um sono, um repouso dos fiéis no aguardo da ressurreição eterna; e a terceira concepção era a que se constituía numa passagem, numa partida desta vida para a vida eterna. (SILVA, 2009, 5-6)

Nesse sentido, eram coerentes a cremação e a falta de ostentação póstuma dos túmulos, uma vez que, o fiel ressuscitaria num corpo novo, imperecível e num outro mundo, intangível e eterno.

Salvador, 1 de fevereiro de 1911. “Hontem á tarde, falleceu ao abandono em um quarto da casa n 114, á rua Dr. Seabra, distrito da Sé, uma africana de nome Joanna, de 90 anos de idade”. Noticiava o jornal *A Bahia*. O subdelegado do distrito, em exercício, Hippolito de Cerqueira Lima e o escrivão Goés Tourinho, encarregaram-se de averiguar o acontecido e remeter o cadáver da velha senhora ao necrotério do Hospital Santa Izabel, tratando, também, de fechar o quarto “onde se deu o obito e hoje” enviar a chave para o “juiz de direito competente”.¹⁸ Não sabemos em que necrópole a nonagenária africana foi sepultada, mas podemos imaginar que tenha sido inumada no

¹⁶ HABSURGO, 1982, p. 150. (grifos meus).

¹⁷ **Indicador e Guia Prático**. p. 133.

¹⁸ Morta ao abandono! *A Bahia* – Quarta-feira, 1 de Fevereiro de 1911, p. 2. BPEB.

cemitério da Quinta dos Lázarus, muito provavelmente como indigente. Esse abandono na hora mortis pode refletir uma gradativa mudança nas atitudes fúnebres dos soteropolitanos. Teixeira Barros ao tratar do velório dos “gêges” observa que os convidados à sentinela indagam a família do defunto a causa da morte e como se deu o passamento. Uma clara evidência de que a morte começava a deixar de ser algo de cunho comunitário e se tornava cada vez mais algo privado (TEIXEIRA BARROS, 1925, p. 84). O mesmo acontecia na cidade do Rio de Janeiro, como observa Cláudia Rodrigues (RODRIGUES, 1997, p. 255-257). Vivos e mortos começavam a tornar-se estranhos.

Foram-se a escravidão e o Império, vieram a liberdade e a República – com sua suposta igualdade de direitos – mas as condições de vida (e morte) dos africanos e seus descendentes em Salvador, bem como no restante do Brasil, não mudaram para a melhor. A velha Joanna, abandonada até mesmo na hora da morte, é um triste exemplo disso. Para os protestantes, no entanto, o advento da República e a laicização das necrópoles foi benéfico no sentido de permitir que estes fossem sepultados não somente nos espaços cemiteriais que anteriormente lhes eram destinados. Joanna, desafortunada, que não teve direito nem mesmo a um funeral digno, deve ter morrido na esperança de que no além teria uma existência melhor, junto de seus ancestrais.

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente:** da Idade Média aos nossos dias. – tradução Priscila Viana Siqueira. – [Ed. Especial] – Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. 1 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

HABSBURGO, Maximiliano de. **Bahia 1860.** Esboços de viagem. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1982.

HUXLEY, Francis. **O sagrado e o profano:** as faces da mesma moeda. Tradução Raul José Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Primor, 1977.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra:** história e civilizações. Salvador, EDUFBA; São Paulo, Casa das Áfricas, 2009.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador:** aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador, FCEBa/ EGBa, 1986.

PRANDI, Reginaldo. “Conceitos de vida e morte no ritual do axexê: Tradição e tendências recentes dos ritos funerários do candomblé”. In. MARTINS, Cléo. LODY, Raul (orgs). **Faraimará – caçador traz alegria.** Rio de Janeiro, Pallas, 2000.

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. **O cotidiano da morte no Brasil oitocentista.** In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. (org). **História da vida privada no Brasil:** Império. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos:** tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos:** a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Tradução de Sérgio Duarte. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

SILVA, Elizete da. A MORTE PROTESTANTE NA BAHIA AFRO-CATÓLICA. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

TEIXEIRA BARROS. “Folklore Brasileiro”. RIGHB, Salvador, 1925.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Riscadores de milagres:** um estudo sobre arte genuína. Rio de Janeiro, 1967.